

O PAPEL DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DOS ARQUIVOS

Natália Bruno Rabelo (Universidade Federal Fluminense),
Paulo José Viana de Alencar (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

A patrimonialização dos arquivos tem sido abordada com certa frequência na literatura arquivística contemporânea (COUGO JÚNIOR, 2020); (GRIGOLETO, 2018); (DUARTE, 2013); (MOLINA, 2013); (HEYMANN, 2009). Dentre as perspectivas tecidas se destacam os estudos sobre a patrimonialização de arquivos pessoais no âmbito do Programa Memória do Mundo (MOW) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a patrimonialização cultural dos arquivos.

Esta última, efetivada através da via processual, de acordo com Cougo Júnior (2020) a pode ocorrer através de gestos como a publicização, transmissão, estudo, reconhecimento e valoração e declaração oficial. Pode ser performada através de atos como a aquisição por compra, doação ou comodato; recolhimento compulsório ou por avaliação; tombamento; declaração de interesse público e social e pelo registro no Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas (MOW/UNESCO).

Aquisição e recolhimento constituem formas custodiais de patrimonialização porque demandam a ativação da responsabilidade pela

custódia, a proteção física e moral dos arquivos apontados como de valor cultural, enquanto o tombamento, a declaração de interesse público e social e o registro no MOW/ UNESCO apresentam natureza declaratória. Desta forma, percebe-se que a patrimonialização cultural de arquivos manifesta-se em diferentes dimensões teóricas, práticas e institucionais na medida em que os conjuntos orgânicos surgem para cumprir objetivos imediatos de natureza administrativa, fiscal, jurídica e etc. Neste sentido, o processo implica, dentre outros aspectos, na aferição de valores ligados à execução dos propósitos que justificaram a produção de documentos de arquivo e à atribuição de relevância histórica e informacional.

Sob tais premissas, evidencia-se, portanto, um escopo de análise da patrimonialização cultural dos arquivos vinculada às funções arquivísticas de avaliação e recolhimento, ora abordados sob a ótica da patrimonialização de arquivos públicos, ora inseridos nas discussões de aquisição de arquivos privados por instituições arquivísticas públicas na literatura do campo. Levando-se em conta a necessidade em compreender o contexto de produção dos documentos de arquivo, torna-se possível afirmar que existe um papel crucial da função classificação, também denominada classificação arquivística, cujo principal objetivo é o espelhamento das funções e atividades da entidade produtora a partir do plano de classificação de documentos ou quadro de arranjo, revelando, portanto, o vínculo desta função arquivística na contextualização dos acervos a serem avaliados, recolhidos e patrimonializados. Portanto, nossa pergunta de partida da investigação foi: “Qual o papel da classificação arquivística na patrimonialização cultural de arquivos?”.

Diante deste questionamento de natureza qualitativa e exploratória, procedeu-se à pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) entre novembro e dezembro de 2021. Dentre os procedimentos metodológicos empregados cabe destacar a utilização combinada dos descritores: “patrimonialização”, “patrimonialização cultural”, “patrimonialização cultural dos arquivos”, patrimonialização cultural e Arquivologia”, “arquivos”, “arquivos e patrimônio”, “classificação em arquivos”, “classificação arquivística” e “classificação de documentos de arquivo”, valendo-se também dos equivalentes em língua inglesa, espanhola e italiana.

Para balizar a discussão em torno desses temas, procedeu-se à reflexão conceitual em torno de algumas definições e correlações de patrimonialização e arquivos. Posteriormente, explicitou-se os fundamentos da classificação em

arquivos, onde se comenta a interlocução entre esta e a patrimonialização cultural dos arquivos.

A análise do campo empírico implicou no estudo da classificação de documentos do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense (IC/UFF), de modo a observar como se pratica a contextualização dos documentos no âmbito da patrimonialização cultural dos arquivos, constituindo-se esse recorte uma parte da pesquisa de Rabelo (2020). Por fim, cabe ressaltar que considerando a característica exploratória da temática não se pretende extinguir a temática da correlação da patrimonialização cultural e da classificação em arquivos, mas sim fornecer elementos para o debate desta.

2 PATRIMONIALIZAÇÃO E ARQUIVOS: ABORDAGENS E INTERLOCUÇÕES DO CONCEITO

De maneira geral, patrimônio e patrimonialização são conceitos que apresentam diversas abordagens e, detalhá-las minuciosamente não constitui um dos objetivos desse trabalho, que busca neste momento compreender como a literatura arquivística tece reflexões a partir de tais premissas. Contudo, com vistas ao estabelecimento de um ponto de partida para aferir o objetivo desta seção vale pontuar a perspectiva de Silva (2011) para quem patrimonializar determinado bem significa agregar-lhe valor econômico e/ou simbólico, de modo que o seu reconhecimento implique no reconhecimento e identificação de determinada população, também servindo como canal de desenvolvimento social, econômico e cultural.

No bojo dos autores contemporâneos da Arquivologia que se debruçaram sobre a patrimonialização dos arquivos e suas interlocuções, Heymann (2009), Molina (2013) e Duarte (2013) abordam a questão da patrimonialização de arquivos pessoais sob a ótica do Programa Memória do Mundo e assim é possível dizer que a relevância do ingresso dos arquivos nesta instância:

Os objetivos delimitados pelo Programa limitam-se a preservação, acesso e reconhecimento dos conjuntos documentais de relevância para a memória nacional. Com um processo de seleção com o propósito de elaborar uma listagem destes documentos que devem ser preservados, o Programa confere a sua logomarca. Esta logomarca corresponde a um selo conferido aos documentos ou conjuntos que correspondem às expectativas do Programa. [...] não podemos desconsiderar as determinações do Programa. Ele é uma iniciativa de uma instituição internacional de muita credibilidade em ações de preservação patrimonial. Muitas das ações desenvolvidas pela UNESCO têm poder de determinar o que merece ser

preservado por suas qualificações próprias. (DUARTE, 2013, p.203)

Grigoletto (2018) por sua vez se fundamenta na Teoria do Documento de Lund e Michel Foucault para abordar o patrimônio institucionalizado a partir da ótica de como os agentes preservacionistas, arquivo e bibliotecas como aponta a autora, utilizam-se de meios legais e administrativos para validar o patrimônio. A autora identifica no saber/fazer dessas instituições o papel de mediação entre acervos e sua patrimonialização, enxergando uma relação “indissociável” entre o Arquivologia e Bibliografia, suas práticas, seus objetos e a patrimonialização.

Por seu turno, Cougo Júnior (2020) analisou a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil a partir dos prismas político, sócio-histórico e técnico, assim refletindo sobre agentes de patrimonialização cultural e o seu desenvolvimento. O autor identifica os atos performativos que integram o processo de patrimonialização como: aquisição por compra, doação ou comodato; recolhimento; tombamento; declaração de interesse público e social e o reconhecimento através do Programa Memória do Mundo.

Do ponto de vista histórico, ainda de acordo com o autor, a principal instituição arquivística do país demonstrou uma trajetória de heterogênea onde o século XIX assinala a criação do Arquivo Público do Império e suas primeiras sinalizações da compreensão institucional do que é o patrimônio cultural nos arquivos e, afora este aspecto também é perceptível o processo patrimonialização demarcar uma disputa com outras instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Biblioteca Nacional pela representação simbólica da memória pátria.

O século XX por seu turno presenciou a criação de novas instituições incumbidas da proteção ao patrimônio cultural como Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico (SPHAN), a formalização e expansão de uma burocracia no Estado a partir do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e uma nova guinada do Arquivo Nacional (AN) que se inicia na década de 1960 com a difusão da noção de ciclo de vida dos documentos, tomando-se a instituição arquivística como responsável por salvaguardar os conjuntos orgânicos vislumbrados como possuidores de valores informativos e culturais (COUGO JÚNIOR, 2020); (MARQUES, 2011).

Apesar da difusão desta perspectiva, somente no fim da década de 1980 e princípio de 1990 que é levado a cabo o plano de “modernizar” o AN, tornando-o órgão central para emanação de normas técnicas que abrangeriam desde a produção até a destinação final dos documentos públicos, papel proativo no sentido da patrimonialização cultural dos arquivos brasileiros que, entretanto, adquiriu opacidade nas ações de legitimação do patrimônio por

conta da participação do Estado em atos e gestos de patrimonialização de maneira descontinuada e não compartilhada com diversos setores da sociedade, conforme reflexões de Cougo Júnior (2021) e Jardim (1995).

Uma das vias de patrimonialização cultural dos arquivos, o recolhimento após avaliação, torna-se regulamentado através do Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994 e do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, consistindo na transferência da custódia de arquivos não-elimináveis para uma instituição arquivística considerando seu valor administrativo, jurídico, histórico e cultural, onde o vínculo com a classificação se evidencia na medida em que o texto legal de 2002 estipula a divisão dos arquivos em dois grandes “blocos”. O primeiro relacionado às atividades-meio do órgão, onde a classificação e avaliação se orientam através de diretrizes pré-determinadas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) E:

Já os documentos de atividades-fim são analisados pelas CPADs de cada instituição produtora/acumuladora, que define seus prazos de guarda e destinação. Na configuração mais recente da forma, instituída pelo Decreto n. 10.148, de 2 de dezembro de 2019, as comissões **devem elaborar e aplicar códigos de classificação** e tabelas de temporalidade e destinação dos documentos, instrumentos resumitivos em que são registrados os prazos definidos pelas deliberações colegiadas (COUGO JÚNIOR, 2020, p.402, grifo nosso).

Desta forma, sinaliza-se a importância do aspecto metodológico na classificação como fio condutor do processo avaliativo que dá fulcro ao recolhimento e posterior patrimonialização cultural dos arquivos.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E A TRAJETÓRIA DA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS NO BRASIL

O estudo de perspectivas internacionais na classificação em arquivos e, especificamente de documentos de arquivo pode se tornar um recurso ilustrativo referencial para refletir o impacto da classificação na patrimonialização cultural dos arquivos. Privilegiou-se neste momento a reflexão a partir de autores clássicos da área para então aferir como esta função arquivística têm influenciado o processo no caso brasileiro.

Nesse sentido, torna-se interessante observar que T.R. Schellenberg (1973, 1980), por exemplo introduz os princípios de arranjo ressaltando os valores de prova e informacionais dos documentos, destacando o princípio da proveniência e da ordem original como diretrizes para a construção de classes dentro de um grupo de arquivo e para o arranjo de tais classes entre si a partir das relações orgânicas que mantiveram antes do recolhimento. O arquivista estadunidense acrescenta à observância dos princípios da proveniência a

atenção aos elementos: função, ação e assunto, sendo este último relegado aos documentos de característica não arquivística.

Brenneke (1968) por sua vez, salienta a existência o *Registraturprinzip* (princípio do registro), isto é, na medida em que os documentos eram expedidos e recebidos pelos órgãos alemães, pontua o autor, produz-se um registro de quem o expediu, qual área de negócio se tratava e qual resposta foi encaminhada para a questão. Nesse contexto através do *Registraturplan* e o *Aktenplan*, respectivamente que as áreas de negócio de um órgão e de suas unidades internas estarão sistematizadas de modo possibilitar a classificação dos documentos.

A arquivista alemã Thea Miller (1997) que pesquisou os procedimentos e a história do registratur alemão sintetiza as contribuições do sistema para os arquivistas da seguinte maneira:

Registratur tem a ver com a criação de arquivos, manutenção de documentos em uma ordem adequada, rastreamento dos assuntos de negócio dos documentos e a regulação dos processos de negócio, garantindo que os arquivos adequadamente arquivados podem ser facilmente encontrados, bem como provendo o controle sobre a eliminação de arquivos depois que não são mais requisitados pelo escritório. Todo esse trabalho pode ocorrer tanto em um setor separado ocupado pelos *registrars* e seus assistentes, ou em um único escritório de secretarias individuais. Também pode prover aos arquivistas um instrumento vital de abordagem da questão do arranjo e descrição, podendo também desempenhar um papel no desenvolvimento de estratégias de avaliação (MILLER, 1997, p.104, tradução nossa).

De maneira similar, o arquivista italiano Eugenio Casanova (1928) discorreu sobre a tradição italiana do *protocollo*, que desde o princípio do século XVIII era uma divisão ou funcionário responsável por classificar os documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas italianas de acordo com sua ordem de expedição/recepção, com a proveniência e a área de negócio que trata.

É possível perceber que a classificação *a posteriori*, baseada na proveniência e na compreensão das funções cotidianas dos produtores de documentos de arquivo é um ponto em comum entre as abordagens alemãs e italianas e, que a adoção dessas diretrizes no momento da produção documental é decisivo para a atribuição de valor dos conjuntos documentais que serão declarados como possuintes de valor cultural e, mais do que isso, a classificação executada no protocolo e/ou setor de registro se traduz em uma sistematização longínqua que reflete as escolhas institucionais de quais séries

são tidas como significativas do ponto de vista histórico-cultural para a compreensão daquela instituição.

No caso brasileiro é possível traçar um breve panorama da classificação arquivística considerando os marcos histórico-institucionais já apontados anteriormente ao situar cronologicamente a patrimonialização cultural dos arquivos, seus principais agentes e atos para tanto. Na medida em que a criação do DASP impulsionou o surgimento de serviços de Documentação na máquina pública brasileira durante as décadas de 1940 e 1950, tais organismos apresentavam influências teóricas oriundas da Biblioteconomia e Documentação, dessa forma os documentos correntes absorveram classificações temáticas *a priori* da análise de funções e atividades correlatas à produção documental.

Se as décadas de 1960-1970 marcam o início da guinada do AN rumo ao protagonismo na coordenação política e técnica da gestão de documentos na administração pública, é a partir da lei 8.159/1991 que se legitima esta centralidade e há a atribuição ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a responsabilidade pela definição da política nacional de arquivos. Nos instrumentos de classificação construídos pelos especialistas do AN e convalidados pelo Conarq é perceptível grande apropriação de teorizações biblioteconômicas e documentalistas nas versões de 2001 e 2020, principalmente através da adoção da metodologia de classificação por assuntos baseada na Classificação Decimal de Dewey (CDD), inicialmente pensada para organização de livros em estantes, conforme sugerem os estudos de Sousa (2004, 2006, 2022)

4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Em virtude do debate levantado anteriormente, o objetivo desta seção é pensar os reflexos das metodologias de classificação na prática arquivística e assim, uma análise dos desdobramentos da pesquisa de Rabelo (2020) pode auxiliar na meta proposta.

O Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense (IC/UFF) foi criado no bojo do Centro Tecnológico da UFF em 29 de dezembro de 1998, por meio da Portaria nº 1.488/98 do MEC, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1998 e seu principal objetivo foi consolidar institucionalmente os esforços gradientes da UFF nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos campos da computação e métodos numéricos, concatenando assim os pesquisadores dos departamentos de computação, engenharia e

matemática pra estas finalidades (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, s/d).

Compõem a estrutura do IC órgãos como a Direção, Departamentos de Ensino, Laboratórios de Ensino e Pesquisa, o Colegiado da Unidade e o Almoxarifado, contudo, optou-se por focar o campo empírico desta pesquisa nos documentos produzidos e recebidos no decurso das atividades da Secretaria Administrativa (SA/TIC), pois apesar desta repartição ser encarregada de atividades meio do IC, a análise de seus documentos e a forma como eles foram atualmente classificados seguindo metodologias por assunto, evidencia o papel crucial da classificação na patrimonialização cultural dos arquivos.

No breve exercício de como podemos mensurar o papel da classificação no processo de patrimonialização, o documento produzido pela SA/TIC analisado foi o Contrato de projeto de pesquisa. Os procedimentos metodológicos para aferir o reflexo da classificação na patrimonialização desta série abarcaram: a) a identificação dos códigos de classificação possíveis para estes documentos nos Códigos de Classificação do Conarq nas suas versões de 2001 e 2020; b) a análise da ação registrada nesses documentos e a destinação atrelada às classificações nesses dois cenários à luz da patrimonialização cultural destas séries.

O contrato de projeto de pesquisa é um tipo documental que reflete a ação de concordância entre o IC e alunos de pós-graduação para o estabelecimento de projetos de pesquisa fomentados com recursos financeiros da unidade (RABELO, 2020, p.71-73). A partir da versão do Código de Classificação de Documentos Arquivísticos (CCDA) do Conarq de 2002, torna-se possível o entendimento de que o código “004 – Acordos, contratos, ajustes e convênios” é o mais apropriado para classificar o documento por conter em seu descritor a mesma espécie documental do exemplo em questão, contudo neste caso a inexistência da ação e do objeto específicos do documento em questão obscurecem o entendimento de sua relevância no bojo das atividades do instituto.

Já na versão mais atualizada do CCDA de 2021 é perceptível a exclusão da menção à espécie documental “contrato”, o que pode induzir à classificação a partir da classe “001 Relação Interinstitucional” que mais uma vez não deixa claro o motivo da criação do documento como resíduo material das atividades do IC/UFF.

Assim, apesar do ajuste metodológico das duas versões do CCDA, onde na primeira mescla elementos de diversas metodologias de maneira despadronizadas e, na segunda ocorre a adoção do que se denomina

“atividade”, percebe-se uma permanência da classificação *a priori* e distante do contexto de produção que pretende espelhar o instrumento de classificação. Um indivíduo ou comunidade interessada em mapear no futuro, por exemplo, as linhas de pesquisa executadas no IC ao longo do tempo encontraria dificuldades em compreender quais documentos compunham o procedimento de contratação de projetos de pesquisa.

Desta forma foi possível observar que o valor cultural desse conjunto é influenciado diretamente pela classificação que lhes é empregada e, nesse sentido a escolha das diretrizes teóricas e dos fundamentos metodológicos no momento da classificação ainda no órgão produtor são momentos importantes para se pensar nos arquivos que serão constituídos posteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atos performativos de característica custodial de ativação do patrimônio arquivístico cultural como o recolhimento em verdade, começam a ser desenhados no bojo das atividades rotineiras da administração pública no momento da classificação, quando a perspectiva do valor e das relações dos documentos produzidos entre si e com as funções de um órgão são afixadas.

Percebe-se que as metodologias classificatórias pensadas *a priori* do estudo das funções e atividades desenvolvidas pelos órgãos produtores tendem a reduzir o complexo contexto de produção dos documentos e podem inviabilizar a disponibilidade assertiva de documentos para pesquisadores no futuro.

Não obstante ao caráter introdutório que a presente investigação se propôs a explorar, é possível mensurar os resultados obtidos a partir de duas perspectivas: a) do ponto de vista teórico é viável afirmar que a classificação arquivística ao explicitar o vínculo dos documentos de arquivo com seus produtores corrobora para a avaliação e patrimonialização cultural; b) do ponto de vista de nosso campo empírico é possível apontar que a escolha metodológica e conceitual na classificação interfere diretamente na seleção das séries documentais a serem avaliadas e, posteriormente patrimonializadas.

REFERÊNCIAS

BRENNEKE, A. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milano: Editore Dott. Antonio Giuffrè, 1968.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
COUGO JÚNIOR, Francisco. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Tese. Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, UFPEL). 448f. UFPEL - Pelotas, 2020. Disponível

em:http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf Acesso em 06 jun.2022.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.** Dissertação. Mestrado em Ciência da Informação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, UNESP). 225f. UNESP - Marília, 2013. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/87910/a-patrimonializacao-do-arquivo-pessoal-analise-dos-registro> Acesso em 06 jun.2022.

GRIGOLETO, Maira Cristina. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em questão**, v.25, s.n., p.194-216, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245250.194-215> Acesso em 06 jun. 2022.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos.** In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8. Buenos Aires, p.1-10, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6747> Acesso em 06 jun. 2022.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói: EDUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocações entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730> Acesso em 31 dez. 2021.

MILLER, Thea. **The German Registratur.** 1997. Dissertação (Mestrado em Archival Studies), University of British Columbia, 1997. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/soa/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0087986> Acesso em 06 maio 2022.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, v.26, n.2, jul.-dez., p.160-74, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41679> Acesso em 06 jun.2022.

RABELO, Natália Bruno. **Classificação de documentos de arquivo do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense: uma análise à luz do código de classificação do Conselho Nacional de Arquivos.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Arquivologia (Universidade Federal Fluminense, UFF). 320f. UFF, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23285> acesso em 06 jun.2022.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SHELLENBERG, T.R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição.** Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, v.V, n.7, jan., p.106-113, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v4n1.1248> Acesso em 06 jun. 2022.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: Trajetória de um conceito. Rio de Janeiro. **Arquivística.net**, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 06 maio. 2022.

SOUSA, R. T. B. de. O leito de Procusto e os instrumentos de classificação de documentos de arquivo: análise do código de classificação de documentos de arquivo das atividades-meio do Arquivo Nacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 64–89, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245281.64-89. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112789>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOUSA, R. T. B. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. **Arquivo Rio Claro**, São Paulo, n. 2, p. 26-69, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1430>. Acesso em: 15 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Homepage Instituto de Computação. Niterói, S/d. Portal na Web. Disponível em: <http://www.ic.uff.br/index.php/pt/>. Acesso em: 26 dez. 2021.